

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

ANA PAULA MOREIRA SOEIRO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DE UM PROJETO DE SOBERANIA
ALIMENTAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS – MA**

SÃO LUÍS

2022

ANA PAULA MOREIRA SOEIRO

MONOGRAFIA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DE UM PROJETO DE SOBERANIA
ALIMENTAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS – MA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas

Orientador: Prof. Dr^o. Carlos Erick Brito de Sousa.

SÃO LUÍS

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Soeiro, Ana Paula Moreira.

A Educação Ambiental no Contexto de um Projeto de Soberania Alimentar em uma Escola Pública de São Luís - MA / Ana Paula Moreira Soeiro. - 2022.

30 p.

Orientador(a): Carlos Erick Brito de Sousa.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Educação Ambiental. 2. Escola. 3. Projeto. 4. Soberania Alimentar. I. de Sousa, Carlos Erick Brito. II. Título.

ANA PAULA MOREIRA SOEIRO

MONOGRAFIA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DE UM PROJETO DE SOBERANIA
ALIMENTAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUÍS – MA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas

Orientador: Prof. Drº. Carlos Erick Brito de Sousa.

Aprovado em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Isabela Vieira dos Santos Mendonça

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Profa. Ma. Aline Duarte Nascimento

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À Deus e Nossa Senhora pela proteção e luz em minha caminhada.

À minha família, a qual eu sempre tive e tenho muitas pessoas inspiradoras, que me impulsionaram a estar nos espaços e motivando a crer que sou capaz.

Ao meu avô (in memoriam), apesar de não ter tido a honra de conhecê-lo, mas o sinto em cada integrante da minha família e acredito ter dado orgulho e honrado a trajetória dele, que tem continuação em mim.

De forma especial à minha prima, madrinha e amiga Silvia Cristina Soeiro e a minha tia Socorrinho Soeiro, grande professora que tem toda a minha admiração e que estiveram presentes durante toda a minha vida me incentivando em busca do conhecimento.

Aos meus pais, Kátia Regina e Manoel José pelo apoio concedido e por não medirem esforços para que eu pudesse ter uma boa educação.

Aos meus irmãos Paulo Guilherme e João Pedro, por estarem sempre comigo.

Às minhas amigas Maria, Beatriz e Natália, pessoas muito especiais, que me acompanham desde o ensino médio.

À Assunção, Jacke e Domingas que são especiais e fizeram uma grande diferença pra mim dentro da universidade, que me acolheram e cuidaram de mim com todo amor e carinho.

À Zacarias, um grande amigo.

À Stella Câmara, por todo o apoio e orientação que foram essenciais para a realização deste trabalho.

À todas as amigades que eu fiz, agradeço pelas risadas, abraços, os momentos difíceis que compartilhamos juntos, mas que tornaram essa caminhada menos árdua, todo o meu carinho a Gabrielle Viana, Thaís, André, Gabrielle Neves, Eduardo, Diana, Drielle, Carol, Carla, Victor, Vicente, Erick, Felipe, Geovane e também a toda a turma 2017.2.

Aos irmãos que eu fiz durante esses anos na graduação, Ana Jéssica, Lívia, Matheus e Karen com toda certeza fizeram uma grande diferença em minha vida, dando suporte, acreditando em mim e motivando a ir cada vez mais longe, mostrando nos pequenos atos o que é amizade, companheirismo e afeto, são fontes de inspiração para mim.

Ao meu querido orientador Carlos Erick, pela dedicação à docência, pelos ensinamentos compartilhados, levarei sempre comigo. O PIBID, programa que mudou a minha percepção do ensino, expandiu o meu olhar e a minha forma de ensinar, enquanto futura professora, aos meus professores e a todos/as que contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

É sabido que o sistema agroalimentar foi alterado, em decorrência de tecnologias implementadas para a universalização da alimentação, porém, partindo de um viés capitalista e exploratório do planeta, gerando uma crise ambiental, alterando as culturas, tradições e autonomia dos povos. Isto reside a importância de ampliar o debate acerca da soberania alimentar e a sua redefinição sobre produção e consumo, dialogando com os princípios e objetivos da Educação Ambiental (EA). Nessa perspectiva, o presente trabalho, visa analisar as relações entre Educação Ambiental e soberania alimentar no contexto de um projeto escolar, com estudantes do ensino médio - técnico de uma escola pública de São Luís. Foram averiguados o projeto pedagógico institucional, o plano de curso e os discursos dos participantes do projeto. A presente pesquisa possui enfoque qualitativo e utilizou as propostas da análise de conteúdo para o tratamento dos dados. A partir dos resultados obtidos é possível inferir que projetos, mesmo que de maneira iniciante, pode provocar nos estudantes um exercício e pensamento crítico acerca da dinâmica do sistema alimentar no que tange às questões ambientais, a sensibilidade ambiental e reponsabilidade coletiva.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Soberania Alimentar, Projeto, Escola.

ABSTRACT

It is known that the agri-food system was changed, as a result of technologies implemented for the universalization of food, however, starting from a capitalist and exploratory bias of the planet, generating an environmental crisis, changing the cultures, traditions and autonomy of the peoples. This is the importance of broadening the debate about food sovereignty and its redefinition on production and consumption, dialoguing with the principles and objectives of Environmental Education (EE). In this perspective, the present work aims to analyze the relationship between Environmental Education and food sovereignty in the context of a school project, with high school students - technician of a public school in São Luís. The institutional pedagogical project, the course plan and the speeches of the project participants were investigated. This research has a qualitative approach and used the content analysis proposals for data treatment. From the results obtained, it is possible to infer that projects, even in a beginner way, can provoke in students an exercise and critical thinking about the dynamics of the food system with regard to environmental issues, environmental sensitivity and collective responsibility.

Key-words: Environmental Education, Food Sovereignty, Project, School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 METODOLOGIA.....	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	14
3.1 Análise do projeto pedagógico institucional (PPI) e o plano de curso.....	14
3.2 Diversidade e consumo.....	16
3.3 Dificuldades para a realização do projeto.....	17
3.4 Impactos e Importância da soberania alimentar.....	18
3.5 Relação Soberania Alimentar e Educação Ambiental.....	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23
APÊNDICE A - ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS APLICADO AOS MEMBROS DO PROJETO ESCOLAR INVESTIGADO.....	25
APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	26
ANEXO A - POLÍTICAS EDITORIAIS DA REVISTA EDUCATIVA	27

1 INTRODUÇÃO

É necessário que façamos refeições diárias para que possamos adquirir os nutrientes que precisamos, consumindo comidas saudáveis e que vão proporcionar saúde e bem-estar. A alimentação é um direito que está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Além disso, foi garantida a outros dispositivos do Direito Internacional, como o artigo 11 do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Comentário Geral nº 12 da ONU, conforme o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU - 1999 que assim o define este direito:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado num sentido estrito ou restritivo, que equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada deverá ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (CG nº 12, Par. 6º) (apud Conti, 2011,p.2).

Historicamente a produção em larga escala com o intuito de acabar com a fome no mundo e o discurso de distribuição de alimentos globalmente, trouxe a chamada “Revolução Verde”, que provocou consequências como o genocídio nutricional. Destarte, o impacto social e de modernização no meio rural, para o campo, com a inserção de novas tecnologias, não priorizou os agricultores, povos tradicionais, suas culturas e os modelos de cultivos alternativos, pois a produção para eles é de subsistência e renda familiar, e não a partir de uma visão capitalista, exploratória e conservadora do ambiente, em que a natureza estará a serviço para obter seus recursos e exauri-los.

Nesse contexto, a temática da SA reúne uma série de debates sobre classe, gênero, economia, ambiente, política, saúde, produção sustentável e regular, consumo, acesso a alimentos saudáveis. A visão da SA valoriza os pequenos produtores, respeitando a cultura alimentar dos povos e regiões, o mercado local, a autonomia das comunidades e a independência. Conforme a proposição do Fórum Mundial de Soberania Alimentar definiu que:

soberania alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...] A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (HAVANA, CUBA, 2001) (apud Conti et al, 2016, p. 3)

Nesse sentido, refletir sobre a alimentação é discutir sobre o acesso de forma democrática a uma comida minimamente livre de agrotóxicos, que não venha de uma produção extensiva de monocultivos e de grande impacto ambiental. Diante disso, trabalhar projetos voltados para a Educação Ambiental (EA) em escolas públicas corresponde a uma maneira de contemplar diferentes discursos e práticas no espaço escolar, englobando questões de relevância e comuns a todas as áreas de conhecimento.

Portanto, é relevante ampliar o olhar sobre a nossa mesa e o que encontramos nela, a partir do envolvimento em debates que instiguem nas juventudes a busca pelo saber e refletir, como é produzido o que consumimos. É uma forma de instrumentalizar práticas e princípios da EA, dinamizando a compreensão sobre a EA através de projetos dentro do ambiente escolar e as concepções dos estudantes sobre a produção de alimentos, a terra, a política, a sociedade, a saúde propondo-se a temática da soberania alimentar e analisando as relações entre educação ambiental no contexto do projeto escolar.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido em uma instituição de ensino médio da rede pública de São Luís, que desenvolve projetos escolares com os estudantes de cursos técnicos concomitantes ao ensino médio. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2021 com os discentes da escola pública de São Luís, sendo a escolha dos estudantes baseada em dois critérios: que tivessem participado do projeto e com disponibilidade e que aceitassem fazer parte da pesquisa. Todos os sujeitos participantes estavam no último ano do ensino médio e fizeram parte do

projeto no mesmo período escolar, integrando as atividades concernentes ao mesmo desde o 1º ano até o final do ensino médio.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, isto é, um modelo de investigação social que incide sobre a forma como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que vivem, um tipo de pesquisa que tem por objetivo compreender a realidade social de indivíduos, grupos e culturas (HOLLOWAY, 1999, p. 2).

Segundo Minayo (2007, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O projeto escolar trabalhado na pesquisa é vinculado a uma disciplina do currículo escolar, sendo assim, a primeira etapa da pesquisa consistiu em uma análise do projeto pedagógico do curso ao qual está vinculado, averiguando aspectos relacionados à EA. Tendo em vista que o projeto pedagógico institucional e o plano de curso são os pilares para as atividades desenvolvidas na escola.

Sequencialmente à primeira etapa, foi feita a coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas com os estudantes que foram os participantes das atividades do projeto. As entrevistas foram aplicadas individualmente e combinadas previamente com cada entrevistado. Em decorrência do período de pandemia do novo coronavírus e recomendações de distanciamento social, as entrevistas ocorreram de maneira virtual/online, sendo realizadas por meio de chamadas na plataforma WhatsApp, individualmente, com os sujeitos participantes da pesquisa, pois se trata de uma plataforma digital de fácil acesso pelos pesquisados. Foram entrevistados sete estudantes, todos no último ano escolar da educação básica.

A elaboração do roteiro de entrevista semiestruturada foi pensada com base no documento do projeto escolar para a execução das atividades, assim, foram construídas seis perguntas para serem respondidas pelos discentes, cada um identificado por códigos de D1 a D7, sendo D referente a discente e a numeração definida conforme a devolução das entrevistas. Posteriormente, após a aplicação e transcrição das respostas, foram examinadas para o trabalho.

De modo geral, pode-se afirmar que as entrevistas se dividem em entrevistas estruturadas, estas têm o intuito de obter respostas em maior grau de maneira mais ampla, e as entrevistas semiestruturadas conduzem a respostas mais espontâneas (GIL, 2008, p. 110-119). As entrevistas foram dadas de forma individual, onde os participantes tiveram a liberdade de participar ou não, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos estudantes, tendo em vista que todos já eram maiores de 18 anos nessa etapa da investigação (Apêndice B).

Para a análise dos resultados obtidos nos documentos e entrevista, foi realizada a partir dos dados coletados, utilizando a análise de conteúdo, defendida por Bardin (2016) como a forma que melhor atende a esse tipo de investigação qualitativa. A organização da análise conforme a autora mencionada, ocorre por meio de três etapas cronológicas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; inferência e interpretação.

Na primeira etapa, realizou-se a leitura flutuante, dos documentos do PPI, Plano de curso da instituição escolar, de pesquisas nas áreas em análise, para que houvesse então uma impressão prévia e orientações do tema em estudo, tendo uma clareza nos detalhes e precisão. A etapa consistiu na organização dos materiais, para ter uma sistematização das ideias e depois a formulação de hipóteses e objetivos, mediante as devolutivas das entrevistas realizadas com os discentes. No que se refere à apresentação de trechos dos documentos, não haverá qualquer tipo de identificação, por questões éticas, a fim de manter a confidencialidade a respeito dos sujeitos da pesquisa.

Foi feita a transcrição de cada entrevista, em seguida fez-se a leitura das respostas obtidas e depois foram organizadas por categorias, a partir do que as respostas tinham em comum. Assim, com a organização do material para análise, em seguida, foi feito o processo de categorização dos conteúdos, etapa intitulada como de exploração do material, transformando de forma organizada os dados coletados, agregados em unidades e descritas com as características pertinentes ao conteúdo em estudo (BARDIN, 2016).

O processo metodológico para estabelecer o quadro de categorias (Quadro 1) consistiu na leitura das entrevistas por perguntas e verificando as respostas, grifando as semelhanças e palavras mais presentes e distinguindo por cores, formando as unidades de registro, a partir disso foi construído o quadro com as quatro categorias : Diversidade e consumo; Dificuldade para a realização do projeto; Impactos e

importância e a Relação soberania alimentar e Educação ambiental, com a descrição de cada uma, ressaltando do que se trata a categoria e as unidades de registro encontradas.

QUADRO 1: CATEGORIAS CONSTRUÍDAS.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	UNIDADES DE REGISTRO
Diversidade e Consumo de alimentos	Os benefícios de ter uma alimentação variada e de produção orgânica.	Alimentos livres; hortaliças; cultivar; alimentação; saudável; hortas; industrializadas; consumo alimentar.
Dificuldades para a realização do projeto	Trata-se de como os estudantes relataram os desafios para a construção e manutenção da horta caseira.	Não tive êxito; tempo; curto período.
Impactos e Importância da soberania alimentar	Reflexões feitas pelos participantes do projeto e o impacto na vida deles.	Impacto; projetos; mudança; cultivo; processo; produção; hábitos; consumo; produtores; renda.
Relação Soberania Alimentar e Educação Ambiental	Nesta categoria serão discutidos métodos alternativos para o cultivo e produção sustentável e a educação ambiental, destacando o papel da agroecologia.	Conscientização; sensibilidade; educação; educação ambiental; consciente; práticas sustentáveis; sustentabilidade; agrotóxicos; cuidar, métodos ecológicos; métodos verdes; ajudar, conservantes; escola; comunidade; ações; resíduos orgânicos; resíduo,

		responsabilidade; transgênicos.
--	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Na última etapa, efetuou-se o tratamento dos resultados, que foram inferidos e interpretados. A relevância da análise do conteúdo é a inferência das compreensões referente a proposta abordada, inferência esta que percorre indicadores para análise quantitativa ou direcionada, às inferências qualitativas. Nesse sentido, a inferência dos documentos do projeto, plano pedagógico e entrevistas aplicadas e analisadas, que visam compreender a proposta da pesquisa. As inferências nos levam às interpretações sobre algo, nesse contexto, a análise de um projeto escolar e as relações com a soberania alimentar, averiguando as práticas de EA presentes no projeto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa se desenvolve por meio das etapas preestabelecidas, a partir das análises das entrevistas e dos documentos, assim, obtivemos os resultados e suas respectivas discussões que serão explicadas posteriormente. Como maneira de organizá-las, foram divididas por quatro categorias e apresentadas separadamente, abordando cada categoria a partir dos resultados obtidos nas entrevistas fazendo as suas discussões. Nesse sentido, discutir por categorias e exemplificando-as nos dá um aporte maior para que possamos ter uma melhor visualização e um aprofundamento em cada ponto de discussão. Nessa perspectiva, discutiremos sobre a EA no contexto de um projeto de soberania alimentar, as concepções dos participantes e as práticas desenvolvidas.

3.1 Análise do projeto pedagógico institucional (PPI) e o plano de curso

O PPI é um instrumento de gestão, fruto das interações filosóficas, antropológicas, sociais, considerando toda a integralidade dos sujeitos, as transformações e a pluridimensionalidade que os cerca. Nesse sentido, o PPI deve estar em consonância às políticas educacionais vigentes e de acordo com as demandas coletivas.

Desse modo, conhecer o PPI faz com que consigamos compreender a base estruturante para a implementação das ações educativas, a formação que é destinada aos indivíduos pela instituição, bem como avaliar se os princípios e práticas educativas estão de acordo e são transformadas em ações e aplicadas ao público-alvo de interesse. Os documentos analisados encontram-se disponíveis nos portais da instituição, podendo ser acessados facilmente.

Nesse caminho, o PPI da escola pública a qual o projeto foi desenvolvido e analisado nesta pesquisa, consta na sua política de ensino que uma das habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes é que os mesmos devem ser capazes de analisar e transformar criticamente a realidade. Tal processo se concretiza por ações e atitudes construídas coletivamente que possuem um sólido aporte teórico metodológico que considera as múltiplas determinações da realidade, para formação humanística, transitando da esfera dos saberes e técnicas para as ciências, tecnologias e culturas, fomentadas, também, pelas ações de internacionalização” (trecho extraído do PPI analisado).

Há um parágrafo do PPI em que é citada a interdisciplinaridade presente na instituição, visando uma formação mais holística para o indivíduo. Têm-se no documento que:

Foram eleitos como princípios ou categorias teóricas metodológicas do ensino que se coadunam com a perspectiva educacional defendida pela instituição, estão a **interdisciplinaridade, contextualização, dialogicidade, problematização, trabalho e pesquisas** como princípios educativos, extensão como forma de diálogo com a sociedade, internacionalização, emancipação e práxis (trecho extraído do PPI analisado).

De acordo com o plano de curso da instituição a qual foi desenvolvido o projeto analisado, salienta-se que o presente plano:

Responde às necessidades de formação e qualificação profissional (...) conferindo aos indivíduos da própria comunidade poderes para melhor administrar os recursos naturais, incentivando-a a usar tais recursos de maneira sustentável, proporcionando à região a possibilidade de crescimento econômico e formação de políticas de gestão ambiental, atenuando os impactos negativos das práticas agrícolas, extrativistas e industriais correntes (trecho extraído do PPI analisado).

Tal afirmação estabelece um diálogo com as práticas do projeto, possuindo uma ligação com as ações desenvolvidas pelos estudantes, pois fomenta práticas

para a transformação da realidade, gerando conhecimento sobre as técnicas, manejo e produção alimentar em consonância com a EA.

No Plano do curso, é apontado também que:

Independente da meta ou dos resultados esperados, a implementação de procedimentos voltados à preservação e conservação ambiental dependem de um trabalho integrado de profissionais com formação técnica, tecnológica e sócio-cultural, devendo estar habilitados a desenvolver programas e projetos ambientais que atendam às necessidades ambientais e sociais (trecho extraído do plano de curso).

Os conteúdos trabalhados no plano de curso almejam com que o/a estudante compreenda o seu papel da sua inserção na sociedade, compreendendo as problemáticas ambientais e contribuindo para o desenvolvimento de atividades voltadas ao ambiente. Quanto à sua estrutura geral, o referido plano apresenta as disciplinas, ementas, carga horária e bibliografia, de cada componente curricular sendo eles, gerais e específicos, bem como uma disciplina que trata de projetos socioambientais, promovendo assim aos estudantes a produção e atuação em projetos, além de todo o conteúdo programático.

3.2 Diversidade e consumo

Esta categoria refere-se ao consumo de hortaliças, legumes, verduras, alimentos saudáveis e de produção orgânica, que ficou em evidência nas respostas dos entrevistados. Além disso, a inserção dos industrializados na alimentação está sendo cada vez mais intensificada, reforçada por meio das propagandas e mídias sociais, a quantidade e qualidade dos alimentos que consumimos não estão de fato promovendo a saúde e nutrição necessárias.

Durante o processo de cultivo conseguir comer alimentos **livres de agrotóxicos** , **vindo de uma atividade que eu conheço a fonte**, conseguir cultivar algumas hortaliças como: coentro, cebolinha usando a técnica de hortas suspensas. (D2)

Podemos analisar com essa fala de D2 sobre a utilização de agrotóxicos no cultivo dos alimentos e como estão inseridos nas nossas casas e consumimos constantemente, o que implica diretamente sobre o direito de ter uma comida saudável, que vá trazer benefícios e uma nutrição adequada. É interessante quando D2 traz essa questão de saber como é o processo, conhecer a atividade e a fonte

daquele alimento, isso dá mais segurança para quem vai consumir.

Quanto a minha alimentação né quando eu comecei a criar hábitos saudáveis **a partir do entendimento que eu tive, sobre como foi produzido aquele alimento** e também saber que quando a gente fala de uma boa alimentação a gente fala de uma perspectiva de vida um pouco melhor do que a gente já tá acostumado a ter com alimentações mais digamos industrializadas. (D4)

O projeto me deu uma **nova visão de cultivo** de hortaliças, antes pensava que era coisa para agricultores. (D3)

A respeito dessa questão, Guimarães (2004) destaca que

A proposta da ação pedagógica da EA Crítica a ser desenvolvida através de projetos que se voltem para além das salas de aula, pode ser metodologicamente viável, desde que os educadores que a realizam, conquistem em seu cotidiano a práxis de um ambiente educativo de caráter crítico.

D4 e D3 trazem uma visão crítica da educação ambiental e percebe-se como o projeto proporcionou ter uma dimensão sobre a EA e a mudança de percepção, se reconhecer como parte do projeto, estar integrado e não colocar-se alheio, não enxergar-se somente como um estudante e participante do projeto da escola que vai produzir uma atividade. Mas, além, desenvolver dentro da comunidade, com o intuito de mudar a sua realidade, da família, através de novos hábitos e aplicá-los no cotidiano, gerando uma melhor qualidade de vida. Estas mudanças se manifestam a partir da compreensão do funcionamento dessa cadeia de produção e consequentemente dos impactos, como, por exemplo, dos possíveis malefícios de alimentos industrializados, tanto para a saúde humana quanto para a degradação da biodiversidade.

Em uma nação que permite a utilização de diversos tipos de agrotóxicos na plantação, a implementação de hortas caseiras é com toda certeza uma das opções mais saudáveis. Hortas caseiras de tomates cerejas, cebolinha, batata, alface, poderiam ser algumas das medidas adotadas para uma melhor qualidade de vida na mesa dos brasileiros. (D6)

pois com esse projeto olhei o quanto o agronegócio causa impacto no meio ambiente e aprendi muito sobre os **agrotóxicos que são utilizados irregularmente.** (D1)

O histórico da permissividade dos agrotóxicos ao longo dos últimos anos na indústria do agronegócio, que foi fomentada pela “revolução verde”, com a introdução de venenos para o controle de “pragas,” e o cultivo dos alimentos, máquinas, sementes e outros armamentos para uma maior produção é intensificado até a atualidade, através de leis que permitem o acesso e venda para os produtores.

Com a fala de D1 pontua-se o uso irregular de agrotóxicos no Brasil, dados mostram que no início de 2019, existiam no Brasil cerca de 13.300 registros de agrotóxicos. Em termos de ingredientes ativos, em 2017, havia 517 cujo uso era autorizado no Brasil e 97 que haviam sido banidos (ANVISA, 2017). Dentre os autorizados, dez ingredientes responderam por cerca de 70% do total consumido. (MORAES, 2019)

Em contraponto a este cenário de envenenamento, D6 afirma que a implementação de hortas caseiras é uma prática saudável e de mudança a esse cenário do envenenamento, com adubos e insumos produzidos em casa, de material orgânico e um cultivo alternativo, como a agroecologia é possível consumir uma comida saudável.

3.3 Dificuldades para a realização do projeto

Compreende-se nesta categoria as intempéries que ocorreram durante a execução do projeto realizado pelos(as) discentes, foram pontuadas por D5 e D2 problemáticas como a falta de tempo que tiveram ou que não foi o suficiente para desenvolver a horta, os recursos materiais que não possuíam, bem como o tamanho do espaço para o cultivo, como foi relatado por D5 e D2, que não houve êxito no projeto com algumas hortaliças.

Hoje em dia não consigo aplicar **por conta do tempo**. (D5)

Mesmo desenvolvendo a atividade por um curto período, pois **a minha moradia não possui quintal, por isso dificultou a execução da horta**, porém, ainda consegui cultivar algumas hortaliças (D2)

No primeiro trecho, D5 relata que não conseguiu dar continuidade e cultivar os alimentos em casa em razão do tempo, que se faz necessário para que haja ali a plantação das hortaliças, legumes, verduras. Isso demonstra que nem sempre a prática vai ter êxito e o resultado pode ser diferente do esperado. Percebe-se que não é uma atividade tão simples, pois depende de fatores como o tempo,

organização, irrigação diária, observando o melhor horário para sua efetivação; retirar plantas invasoras; afofar a terra próxima às mudas; completar nível de terra em plantas descobertas; observar a fitossanidade da horta (presença de insetos e pragas, fungos, bactérias e vírus) adubação (UNTALER. 2011) apud Arruda et al.

Um espaço inadequado também é um fator limitante discutido por D5, porque um ponto importante é analisar anteriormente qual o melhor lugar, para que seja possível realizar a prática.

3.4 Impactos e Importância da soberania alimentar

Os impactos apontados pelos(as) estudantes que participaram do projeto foram diversos. Foi característico nos discursos apresentados por todos ter autonomia sobre a própria alimentação, se tornarem produtores aprendendo como cultivar e de que maneira, causando menos impacto e sem agrotóxicos, os benefícios oriundos das suas produções como o aumento da renda familiar, as mudanças de percepção e hábitos, não somente dentro do núcleo familiar, mas a comunidade local também será impactada.

Esse projeto, dentre os projetos que já participei, foi um dos mais interessantes justamente porque ele proporcionou uma **mudança de visão** muito interessante que nos colocava como produtores do nosso próprio alimento, o que muda muito a lógica do que a gente vivencia, do que a gente tá acostumado, ir ao mercado comprar comida e preparar em casa. A comida era plantada no nosso quintal, sabe e trazia muito essa ideia de que é possível sim, **mesmo morando na cidade você ter algum grau de independência na sua alimentação** e os impactos, alguns desses impactos é exatamente essa mudança na percepção e também ter participado desse projeto instigou a vontade de ter uma horta em casa de produzir meu próprio alimento, mesmo que não seja algo que eu faça, mas é sim um projeto futuro. (D5)

Mudar essa percepção, a lógica de ir ao mercado comprar o alimento que seria mais fácil de obter, mais instantâneo, sem saber de que maneira é produzido, do que cultivar em casa e posteriormente se alimentar e também criar uma autonomia alimentar, como pontuou D5.

Mesmo morando na cidade, dentro de um ambiente urbano, é possível ter uma independência quanto a alimentação, deixar de fomentar um sistema alimentar, entender e questionar que não é benéfico, que gera impactos na saúde, ambiente, proporcionando mudanças climáticas, degradação da terra, perda da biodiversidade,

insegurança alimentar e na soberania dos povos, da sociedade que a maioria das vezes tem como opção consumir esses alimentos.

D4 foi outro pesquisado que também discorreu sobre esse aspecto:

E com ele conseguir observar o quão importante é ter informações sobre esse assunto e eu consegui compartilhar com meu pai, **hoje ele tem seu canteiro e consegue trabalhar** vendendo suas hortaliças livres de quaisquer malefícios. (D4)

A visão que D4 traz sobre o trabalho coletivo, de compartilhar os conhecimentos com as outras pessoas e que serão impactadas também, desenvolvendo ou não a horta, cultivando o seu alimento, ou repensando os hábitos e costumes, refletir sobre os alimentos e uma alimentação saudável. Vemos a importância da soberania alimentar na questão da geração de renda a partir de uma produção que causa menos impacto, então além do cultivo, alimentar-se de uma comida que você conhece a origem e ter um ganho, algo rentável é proporcionar soberania às pessoas, conhecer o processo da comida que chega até às mesas, o que está consumindo, assim vai ampliando o debate e gerando uma mudança no meio o qual está inserido.

3.5 Relação Soberania Alimentar e Educação Ambiental

Nesta categoria abordou-se sobre a mercantilização dos alimentos, o quanto os mercados e a indústria modificaram a comida, e a transformaram em um produto, com um valor econômico e rentável às empresas e ao agronegócio, o uso dos agrotóxicos e os impactos da revolução verde, que contribuem para as degradações ambientais até a atualidade, a comida enquanto um direito que está sendo violado e em contraponto outros modelos de produção como a agroecologia, agricultura familiar, práticas sustentáveis.

Nesse sentido, Altieri (2004) destaca que:

Muitos dos novos modelos de agricultura que a humanidade precisará para a transição a outras formas de agricultura que sejam mais ecológicas, biodiversas, locais, sustentáveis e socialmente justas, estarão arraigadas na racionalidade ecológica da agricultura tradicional em pequena escala, que representa exemplos estabelecidos de formas corretas de agricultura local. Tais sistemas alimentaram a maior parte do mundo durante séculos e seguem alimentando milhões de pessoas em muitas partes do planeta.

A fala de D5 também ressalta elementos importantes relacionados a esta perspectiva:

Sim, porque uma alimentação mais independente tem várias coisas positivas é mais saudável é às vezes mais financeiramente viável sem falar nos impactos menos um consumo de embalagem e **não deixa de ser também uma forma de desincentivar esse mercado que é tão prejudicial de forma geral pela sociedade**. E uma das principais medidas exatamente tem muito a ver com a outra, né? Mas é a ideia de primeiramente ser responsável pelo seu resíduo ou resíduo orgânico, que é facilmente reaproveitável em casa. E daí, quando você aproveita o resíduo orgânico, você já pode também criar uma horta ou então plantar uma árvore, uma fruteira, por exemplo ou então às vezes até vender é uma forma de fonte de renda, mas o ponto mais importante é **ser responsável pelo seu resíduo orgânico e se preocupar de onde vem o seu alimento** que acho que talvez sejam os dois pontos principais dessa ideia de mudar essa perspectiva do nosso consumo alimentar. (D5)

Levanto em conta os aspectos destacados pelo discente, podemos observar um olhar holístico a partir da alimentação e então fazer uma análise sobre o sistema alimentar, de onde vem o alimento, o porquê plantar e não simplesmente a horta pela horta, mas o cultivo, o tempo que uma hortaliça leva para se desenvolver, quais substratos ela necessita, os recursos, cultivar o seu próprio alimento ou incentivar a produção local, comprando dos pequenos agricultores, em feiras próximo às residências o que muda também a cadeia econômica, deixando de comprar somente de um supermercado, em apenas um local. Ter responsabilidade ambiental, preocupar-se com o seu resíduo e dá outra destinação, como reaproveitá-lo e são ações que geram um impacto social, econômico e ambiental.

De acordo com Loureiro (2004, p. 81), aprofundar o olhar sob essas questões traz uma vertente da EA transformadora, ressaltando “uma educação ambiental que se origina no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, especialmente dialéticas, em suas interfaces com a chamada teoria da complexidade, visando um novo paradigma para uma nova sociedade”.

As ações foram uma forma de **educar a turma ambientalmente**, de forma dinâmica, onde tivemos a facilidade em cultivar as hortaliças, pontuando que é possível ter uma horta dentro de sua residência(D6)

cuidar do meio ambiente e começando a praticar formas mais sustentáveis (D3)

As falas de D6 e D3 correspondem a um discurso da EA pragmática, ao desenvolver práticas de cultivar hortaliças os discentes estariam educando-se ambientalmente, uma visão somente a horta pela horta. “A macrotendência pragmática tem suas raízes no estilo de produção e consumo advindos do pós-guerra, e poderia apresentar uma leitura crítica da realidade, se aproveitasse o potencial crítico da articulação das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas na reflexão sobre o padrão do lixo gerado no atual modelo de produção.” (LAYRAGUES, LIMA. 2014, p. 9).

A visão tradicional e mais pragmática ainda está presente nos discursos dos participantes do projeto, atentando-se somente para a prática e vendo-a como uma atividade única, com um objetivo, sem que haja uma reflexão ou criticidade. É característico da EA pragmática “ a busca desenfreada por ações factíveis que tragam resultados orientados a um futuro sustentável, embora dentro de um limite que não ultrapasse as fronteiras do realismo político, do economicamente viável, da conservação do *status quo*, que na Educação Ambiental se enquadra na perspectiva da "atividade-fim" (LAYRARGUES, 1999)” (apud LAYRAGUES, LIMA, 2014, p.32)

Assim, contempla pelo olhar específico do comportamento do ser humano, no tocante como seres biológicos, históricos e sociais, bem como a nossa complexidade como espécie da dialética natureza/sociedade como unidade dinâmica. Nesse direcionamento, as falas de D4 e D6 trazem reflexões a respeito desta perspectiva:

Sim, o projeto ajuda na educação ambiental porque vai além da teoria né e **impulsiona os alunos a realizarem em casa**. Então mostra não só como o alimento chega à mesa mas o processo que ele faz para a chegada. E quando a gente fala de sustentabilidade a gente fala também sobre criar métodos ecológicos e métodos verdes, por assim dizer e como alcançar a educação ambiental. (D4)

Porta para **o conhecimento da sustentabilidade aos moradores da própria casa**, e até mesmo da população ao entorno que pode se interessar pela ideia de uma própria horta em seu quintal. D6

Ser um agente transformador, realizar de forma concreta as práticas, não deixar somente na teoria, e pensar em outras alternativas como a agroecologia, respeitando a cultura, diversidade, e a terra e assim entender o processo de cultivo do alimento até chegar à mesa. Ao contrário do modelo econômico e a indústria do agronegócio instaurados na sociedade através dos monocultivos e os meios de produção. Nesse sentido, trabalhar projetos que promovam ações práticas que não somente tratam a horta pela horta, mas refletindo sobre a alimentação, o ciclo de plantar, regar e colher, respeitando o tempo, as condições e a importância ambiental, são essenciais para a implementar a SA e EA na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental no contexto de um projeto de soberania alimentar despertou nos participantes uma mudança de concepção sobre a forma da nossa produção alimentar e consumo e outros impactos gerados por meio da execução do projeto, que fomentou discussões importantes e práticas concretas. É perceptível a visão da EA crítica e também a EA pragmática através do projeto em questão, apresentado nesta pesquisa, nas respostas obtidas observou-se a discussão acerca do estudante como um agente transformador dentro da sociedade, os impactos causados não somente nos discentes diretamente, mas nas outras pessoas como a família, comunidade no qual estão inseridos, por meio das atividades desenvolvidas.

As concepções sobre o consumo alimentar, o cultivo e práticas alternativas, a importância de adotar novos hábitos, a responsabilidade coletiva, e o entendimento macro sobre como o processo de produção dos alimentos faz parte de um sistema que permite o uso de agrotóxico, propaga o consumo de industrializados e degrada a biodiversidade, além de causar impactos locais e globais, alterando a maneira de alimentação das pessoas, a cultura, saúde e economia.

É importante ressaltar que o projeto teve início dentro do ambiente escolar, com uma parte teórica e mais expositiva para que pudessem ter um referencial maior, mas, toda a execução ocorreu dentro do ambiente familiar, e assim fazendo

com que a EA e o debate sobre a SA estivessem sendo discutidos em casa, na comunidade ao redor e estabelecendo várias concepções sobre o tema em destaque e ampliando o assunto, além de fazer parte da vivência e assumir essas ações no cotidiano, o que ressalta a importância e impulsionar pesquisas e demais trabalhos como este no âmbito educacional, pois contribuem com uma formação crítica da sociedade e uma alternância de comportamentos, pensamentos, ações. Todos esses pontos foram observados, então podemos inferir que projetos em específico o trabalhado nesta pesquisa, nas escolas são cruciais para a promoção da EA.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, G. RIGOTI, Y, L. VALENTE, C. **IMPLEMENTAÇÃO DE HORTA MEDICINAL: UMA ALTERNATIVA PARA AULAS PRÁTICAS NA ESCOLA DO CAMPO.**

BARDIN L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Ed. 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9795 de 27 de Abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; CAMPOS, Rosana Soares. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova, revista electrónica de geografía y ciencias sociales.** Universidad de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (68), 1 de agosto de 2007.

CONTI, I. L. **Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar.** 12 dez 2014. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>. Acesso em: 7 jan 2021.

CRESPO, S. Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da Agenda 21. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 211-225, 1998.

DIAS, A. C. **GRUPO FOCAL: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas.** Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/330/252/>. Acesso em: 24 jan 2021.

FÓRUM MUNDIAL. Núcleo de Estudos em Alimentação e Nutrição do Escolar do Paraná. **Declaração do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar.** Havana - Cuba, 2001. Disponível em:

<http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html>. Acesso em: 7 de jan. de 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental Crítica**. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília, 2004

HOLLOWAY, I. Basic Concepts for Qualitative Research. **Blackwell Science Ltd**, Oxford, UK., 1999.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental transformadora**. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília, 2004a.

LIMA, C. D. F. G. LAYRARGUES, P. P. **As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. *Ambiente & Sociedade* n 17 vol 1 mar 2014 .

LAYRARGUES, P.P. **A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental?** In: REIGOTA, M. (Org.). *Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. p. 131-148. 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Organização pelo direito à alimentação e a nutrição adequada.

Disponível em: <<https://fianbrasil.org.br/>> Acesso em: 05 de jul de 2022

APÊNDICE A - ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS APLICADAS JUNTO AOS MEMBROS DO PROJETO ESCOLAR INVESTIGADO

Informações sobre os membros do projeto escolar investigado:

Nome:

Idade:

Ano do ensino:

1. Comente um pouco sobre a sua participação no projeto, como surgiu o interesse, há quanto tempo integra o projeto e as principais atividades desenvolvidas.
2. Como você percebe os impactos do projeto no seu dia a dia? Consegue aplicar alguma dessas atividades na realidade em que vive? Ele modificou a sua forma de enxergar essas questões?
3. Você acredita que as ações do projeto contribuem para a Educação Ambiental e sustentabilidade? De que maneira?
4. Na sua visão, é importante modificarmos nossa alimentação e adotarmos práticas sustentáveis no nosso cotidiano? Quais seriam as principais medidas que deveríamos adotar com essa perspectiva?
5. Você acredita que a educação pode colaborar com essas mudanças? De que forma?
6. No seu entendimento, qual a importância de a escola oferecer projetos como esse que você participa? Que mudanças representam para os alunos e para a própria escola?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa monográfica “A Educação Ambiental no Contexto de um Projeto de Soberania Alimentar em uma Escola Pública de São Luís – MA”.

A partir da assinatura deste termo, você concorda em contribuir com esta pesquisa.

Este trabalho será desenvolvido pela pesquisadora Ana Paula Moreira Soeiro, graduanda do curso de Ciências Biológicas – Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa.

O objetivo da pesquisa é analisar as relações entre educação ambiental e soberania alimentar no contexto da escola da qual você teve a oportunidade de realizar ações na escola e no seu âmbito familiar.

A participação é voluntária, não irá gerar nenhum tipo de gasto ou prejuízo para você. Sua participação é livre, e caso desista, por favor, entre em contato com a pesquisadora pelo telefone (XX) XXXXX.

A sua participação será feita pela aplicação de uma entrevista, contendo perguntas sobre as contribuições dos projetos de Educação Ambiental da sua escola. Você é livre para responder às questões feitas pela pesquisadora.

Não haverá qualquer tipo de identificação pessoal na monografia a ser desenvolvida. Caso suas respostas precisem ser citadas no trabalho, será utilizado um código ou pseudônimo, para que seja mantido o sigilo da sua identidade.

Havendo qualquer dúvida, por favor, entre em contato com a pesquisadora. Confirmando que recebi uma cópia deste Termo de Assentimento e que concordo em participar da pesquisa.

São Luís, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante (a): _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Visto do orientador: _____

ANEXO A - POLÍTICAS EDITORIAIS DA REVISTA EDUCATIVA

Apresentação de Trabalhos

1. Os manuscritos devem ser digitados no programa Word ou OpenOffice, em papel A4, fonte Arial, corpo 12, espaçamento duplo, margem superior de 3cm, inferior de 2cm, esquerda de 3cm, direita de 2cm submetidas pela plataforma de Revistas Eletrônicas da PUC Goiás. Deve-se observar a ortografia oficial e fazer constar, na primeira lauda do original, o título do trabalho, o nome completo do autor, seu minicurrículo (créditos), endereço postal, número do telefone ou fax, e-mail.
2. Todas as páginas do original devem estar numeradas sequencialmente. O texto deve ter no máximo 20 laudas ou 8.000 palavras, exceto resumo, considerando-se os espaços e as referências.
3. O título do artigo deve ter no máximo 20 palavras e expressar o conteúdo do artigo.
4. O resumo, de caráter informativo, aparecerá abaixo do título. O resumo deve conter entre 200 e 250 palavras, abordando claramente e de modo informativo, sem utilizar numeração, os seguintes aspectos: tema, problema, objetivos, metodologia, resultados, conclusões ou considerações finais. Deve ser escrito em parágrafo único e utilizando a terceira pessoa do singular, frases concisas. Devem ser evitados: neologismos, citações bibliográficas, símbolos e contrações que não sejam de uso corrente, fórmulas, equações, diagramas etc. que não sejam absolutamente indispensáveis constar no resumo.
5. Os descritores ou palavras-chave devem expressar o assunto, problema, ou objeto abordado no artigo, situadas obrigatoriamente após o resumo, contendo, sendo no máximo cinco, utilizando-se entre elas ponto e não ponto e vírgula. Abstract/keywords devem estar no fim do artigo.

6. Os agradecimentos ou auxílios recebidos para a elaboração do trabalho deverão ser mencionados sucintamente no final do artigo, antes das Referências.

7. Citações no corpo do texto devem atender os itens a seguir:

a) As citações devem ser feitas no corpo do artigo. Não devem ser feitas citações em nota de rodapé ou em nota de fim. As citações devem ser feitas conforme a norma NBR 10520:2001/ABNT. As citações devem ser feitas no sistema autor-data, podendo utilizar idem ou ibidem nas repetições. A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no corpo do artigo são de responsabilidade exclusiva do autor.

b) Se houver citação na forma de transcrição textual com até três linhas, a mesma deve estar integrada ao parágrafo, entre aspas, acompanhada das necessárias informações entre parênteses: sobrenome do autor da citação em caixa alta, ano da publicação, número da página. Citações que são transcrição textual com mais de três linhas devem constar em parágrafo, com recuo de 4 cm na margem esquerda, tamanho 11 e sem aspas;

c) Ao utilizar ideia do autor sem citação textual com transcrição, devem ser indicados entre parênteses, em caixa alta, o sobrenome e o ano da publicação.

d) As referências devem obedecer à norma técnica NBR 6023:2000/ABNT da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Todas as obras citadas ao longo do texto devem constar em lista ao final do artigo sob o título de Referências. Todas as obras que constem nesta lista devem estar citadas no texto.

e) A lista de referências não pode apresentar traço substituindo sobrenome do autor no início da referência e nem parênteses angulares nos endereços eletrônicos.

f) O uso de Notas deve ocorrer quando apenas quando estritamente necessário à compreensão do texto. As citações devem ser feitas no corpo do texto e não em forma de Notas. As Notas devem ser somente de caráter explicativo e usadas com parcimônia, apenas quando estritamente

necessárias. As notas devem estar numeradas em algarismos arábicos conforme a sequência em que aparecem no texto.

8. Se necessário, no ato de entrada nesta Editora, o texto deve conter Quadros, Tabelas e Figuras (gráficos, mapas, fotos e outras ilustrações) que sejam pertinentes a ele.

9. Os agradecimentos (opcionais) devem ser citados em nota de rodapé e sem quaisquer referências, diretas ou indiretas, à autoria.

10. Os materiais iconográficos (ilustrações, tabelas, gráficos e outros) deverão acompanhar o texto, apresentar boa qualidade e ter especificada a sua fonte. A resolução adequada para ilustrações é de 720dpi, no formato 'bitmap' (.bmp); para fotografias, é de 300 dpi no formato 'tiff' (.tif). Estes materiais devem estar em dimensões que permitam sua ampliação ou redução sem que a legibilidade seja prejudicada. Imagens capturadas da Internet não serão aceitas. Todas as imagens devem ser enviadas também separadamente, em seus arquivos originais. O nome de cada arquivo deve corresponder ao nome da imagem (por exemplo: Gráfico 1).

11. Para dados estatísticos devem ser usadas Tabelas e para dados textuais devem ser usados Quadros. Os títulos de Quadros e Tabelas devem ficar na parte superior dos mesmos. O título de Figura deve ficar na parte inferior da mesma.

12. A numeração de figuras (fotos, desenhos e mapas), tabelas, quadros e gráficos, deve estar em algarismos arábicos conforme a sequência em que aparecem, sempre referidos no corpo do texto e encabeçados por seu respectivo título. Imediatamente abaixo das figuras devem constar suas respectivas legendas textuais e ter título informado sempre antes de cada um dos itens. Depois de cada item é necessário registrar sua fonte. Quando o material for original da pesquisa, deve-se fazer a indicação com a redação “Fonte: dados da pesquisa” ou “Fonte: elaboração própria”. Os mapas devem conter escalas e legendas gráficas.

13. Tabelas, quadros e gráficos devem ser encaminhados em seus arquivos originais. Não são aceitos quadros, tabelas e gráficos em formato de imagem, todos devem estar em arquivos editáveis. Gráficos que contenham imagens e partes textuais e/ou numéricas devem ser possíveis de serem editados.

14. Não serão aceitas fórmulas matemáticas em formato de imagem. Todas as fórmulas devem ser criadas a partir de editores como Word ou Excel e enviadas à Revista Educativa nesses formatos.

15. Em hipótese alguma serão aceitos textos que não respeitarem as normas indicadas.